



NÃO DEIXE QUE O GOVERNO E PARLAMENTARES ACABEM COM SEUS DIREITOS E CRIEM ESQUEMA ILEGAL DE ROUBO DO DINHEIRO PÚBLICO!

Os ataques sobre os serviços públicos, direitos trabalhistas e seguridade social avançam no Congresso Nacional e nos ministérios. E como se não bastassem estão aprovando um esquema fraudulento, que rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para os trabalhadores e trabalhadoras pagarem. E os governadores apoiam tudo isso!

Dinheiro público é dinheiro que os governos arrecadam da população! Defender nosso dinheiro e nossos direitos é nossa obrigação!

VEJA ALGUNS ATAQUES. O QUE FAZER PARA IMPEDIR ISSO?

A “FARSA” CHAMADA DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA. QUEM GANHA COM ISSO?

Para justificar medidas desumanas afirmam que a previdência vai quebrar e que não terá dinheiro para pagar as aposentadorias. MENTIRA! Não há prejuízo. O saldo positivo da Seguridade Social de 2010 a 2015 foi de 350 bilhões, segundo a Associação Nacional dos Fiscais da Previdência. Mesmo com crise, sonegações, desonerações e roubo, em 2015 o saldo foi de 23 bilhões. Sempre sobrou dinheiro!

Por isso, de olho no dinheiro, a primeira medida do Governo Temer foi acabar com o Ministério da Previdência e transferir os órgãos de arrecadação para o Ministério da Fazenda.

E mais, o congresso deu “carta branca” para o governo retirar 30% do dinheiro da Seguridade Social para pagar juros da dívida aos banqueiros (120 bilhões este ano). Desde 1994 tiravam 20%. É a Desvinculação das Receitas da União (DRU),

que prorrogaram até 2023 e já querem prorrogar até 2036. E estenderam para os prefeitos e governadores que poderão retirar 30% das verbas da educação, saúde e de outros setores para gastarem como bem entenderem.

Querem impor a idade mínima de 65 e 70 anos para aposentadorias de homens e mulheres, aumentar a contribuição que é de 08 a 11% para 11 a 14%, desvincular o reajuste das aposentadorias e benefícios previdenciários do reajuste do salário mínimo. Assim, achatam ainda mais os salários, aposentadorias e pensões.

Para onde vai esse dinheiro desviado da Saúde, Previdência e Assistência Social (Seguridade Social)? Para pagamento de juros da dívida pública que só beneficia os banqueiros.

CORRUPÇÃO COM A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO! Projetos de lei PLS 204/2016, PLP 181/2015 e PL 3337/2015 visam “legalizar” esquema fraudulento.

O discurso é bonito e enganador! Trata-se do anúncio da “venda”, “cessão”, “securitização” ou “novação” de créditos de difícil arrecadação, que a União, Estados ou Municípios têm a receber. A Dívida Ativa é o mais representativo em volume.

Em que consiste o esquema? Esses créditos servem como referência para emissão de novos títulos da dívida pública que serão vendidos para investidores privilegiados com desconto de até 60% e juros de até 23% sobre o valor total do título.

Na verdade, o que está sendo vendido é um papel financeiro novo (debêntures), emitido por “empresa estatal não dependente” - empresa de direito privado, com sócios privados. Os créditos continuarão no mesmo lugar e sendo cobrados da mesma forma, pela União, Estados ou municípios.

Essas empresas estão sendo criadas para viabilizar esse esquema fraudulento! E por serem estatais, a União, os Estados ou municípios dão garantia. Ou seja, pagarão tudo, inclusive, juros e

amortizações aos investidores privilegiados, gerando continuamente, mais dívida pública!

A PEC 241/2016, conhecida como a PEC do teto da dívida, garante recursos para essas “empresas estatais não dependentes”, ao mesmo tempo em que congela por 20 anos o conjunto de gastos e investimentos em saúde, educação, segurança, assistência. Para a população não tem dinheiro, mas tem para banqueiro!
Diga não a essa roubalheira! Não à PEC 241/2016!

A PRIORIDADE DO GOVERNO NÃO É GERAR EMPREGOS, MELHORAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E GARANTIR APOSENTADORIA!

É transferir dinheiro da população para banqueiros e grandes empresários, através da DÍVIDA PÚBLICA, que consome quase metade de tudo que o governo gasta todos os anos. Uma dívida ilegal, que eles não permitem que seja analisada. A Constituição Federal determinou que em 1989 fosse feita a Auditoria da Dívida, mas os presidentes e parlamentares não permitem, pois se beneficiam desse esquema.

O que o Governo Temer e parlamentares, com apoio dos governadores, estão impondo é um golpe fatal sobre os serviços públicos e políticas sociais e demonstram o descompromisso dos governantes e parlamentares com o povo.

TUDO EM BENEFÍCIO DO SETOR PRIVADO!

Até mesmo a denominada Reforma do Ensino Médio tem como objetivo favorecer o setor privado empresarial em detrimento da formação do cidadão! Por essa razão, apenas as disciplinas português, matemática e inglês são obrigatórias, de acordo com a Medida Provisória 746, encaminhada ao congresso pelo Governo Temer.



Nada a temer, a não ser o correr da luta!

**NÃO À PEC 241 E DEMAIS MEDIDAS QUE
RETIRAM DIREITOS E QUEBRAM
NOSSO PAÍS!**

**AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA, JÁ!
NÃO AOS ESQUEMAS FRAUDULENTOS
DE TRANSFERÊNCIA DO DINHEIRO
PÚBLICO PARA O SETOR PRIVADO!**

**EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL - NÃO À
CONTRARREFORMA
DA PREVIDÊNCIA!**

**CONTRA A REFORMA
DO ENSINO MÉDIO!**

**EM DEFESA
DOS DIREITOS
TRABALHISTAS
E SERVIÇOS PÚBLICOS!**